

A ATUAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA/ OFICINEIROS NO PROGRAMA “FICA VIVO!”: UMA REVISÃO TEÓRICA

The practice of physical education professionals workshop the program “fica vivo!”: a theoretical review

Ronderson Rodrigues Duarte¹
Matilde Meire Miranda Cadete²

Resumo: Este estudo objetivou analisar a percepção dos profissionais de Educação Física/oficineiros referente à vulnerabilidade social, Educação Física, Educação e o Programa de Controle de Homicídios “Fica Vivo!” no eixo da proteção social. Fundamentou-se na pesquisa bibliográfica narrativa com levantamentos de artigos nas bases de dados SciELO e LILACS. Também, foram pesquisados livros, dissertações, teses e programas governamentais. Os descritores utilizados foram: vulnerabilidade social, Educação Física, Educação. Percebe-se que a situação de vulnerabilidade social leva os jovens a mais momentos em que se encontram em risco social, não acessibilidade aos serviços básicos e, conseqüentemente, reforça essa vulnerabilidade. A Educação Física enquadra-se como ferramenta de inserção social, contribuindo para o desenvolvimento integral dos sujeitos, o que lhes possibilita melhores níveis de qualidade de vida, pois os leva a ambientes saudáveis onde interagem entre si, constroem relações afetivas e trocam experiências. A educação possibilita a formação de jovens ativos, autônomos e cidadãos. No contexto do programa, a aprendizagem e as mudanças comportamentais dos sujeitos se fazem presentes e os potencializam como cidadãos e protagonistas, contudo, diversos preceitos da educação são necessários para mais esclarecimento e obtenção de resultados, ainda, mais eficazes e eficientes, possibilitando, com isso, o desenvolvimento local.

Palavras-chave: Vulnerabilidade Social. Educação Física. Educação.

1 Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local - UNA.

2 Professora Doutora e orientadora do Programa de Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local do Centro Universitário - UNA.

Abstract: This study aimed to analyze the perception of physical education professionals regarding the social vulnerability, Physical Education, Education and Control Program Homicide “Fica vivo!” at the social protection. The study was based on surveys with narrative literature search of articles in databases SciELO, LILACS. Books, dissertations, theses and government programs were also surveyed. The keywords used were: social vulnerability, Physical Education, Education. It is noticed that the socially vulnerable young people to take more moments where they are at social risk, inaccessibility to basic services and thus reinforces this vulnerability. Physical education is framed as a social inclusion tool, contributing to the integral development of individuals and enables them to better levels of quality of life, because it leads to healthy environments, which interact among themselves, build personal relationships and exchange experiences. Education enables the formation of young assets, and autonomous citizens. In the context of the program, learning and behavioral changes of individuals are present and empower them as citizens and protagonists, however, several precepts of education are needed to further clarify and obtain more effective and efficient results, enabling it to the local development.

Keywords: Social Vulnerability. Physical Education. Education.

INTRODUÇÃO

O Programa de Controle de Homicídios “Fica Vivo!”, desenvolvido pela Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais, foi implantado como projeto-piloto em agosto de 2002 e institucionalizado em 2003. Intervém nas dinâmicas sociais da violência e criminalidade nas quais ele está implantado. Objetiva controlar e prevenir a ocorrência de homicídios dolosos em áreas de vulnerabilidade social, atendendo jovens de 12 a 24 anos que se encontram em situação de risco social.

Abordar a vulnerabilidade social é imprescindível, apesar de sua complexidade, uma vez que jovens que se encontram em situação de risco social não possuem perspectivas para o desenvolvimento de alternativas, com vistas ao desenvolvimento pessoal, e, conseqüentemente, contribuir para o desenvolvimento local. As deficiências no acesso de bens e serviços colaboram com a manutenção dessa situação.¹

Os jovens, quando inseridos em projetos sociais como o Programa “Fica Vivo!”, têm a oportunidade de vivenciar momentos importantes na sua existência, a partir de experiências coletivas e individuais, de trocas entre si, e, os profissionais de Educação Física/oficineiros, de idas e vindas, de avanços e retrocessos; de desconstrução, construção e reconstrução de conhecimentos, valores e sentimentos: é o preparar-se para a vida. Portanto, é necessário oferecer suporte adequado para que esses jovens tenham clareza dos direitos, bens sociais, deveres e ações sociais relevantes, como o intuito de buscarem soluções e melhorarem significativamente sua qualidade de vida.

O esporte é visto como ferramenta de

inserção social, tendo sua contribuição específica para o desenvolvimento integral dos sujeitos e melhores níveis de qualidade de vida, por meio de ambientes saudáveis. Auxilia no processo de desenvolvimento educacional, social e de saúde, o que possibilita a potencialização e preservação das capacidades físicas, emocional e psicossocial, influenciando na formação da autoestima, credenciando-os para uma melhor ação produtiva e participação na sociedade.

A Educação Física constitui-se em uma das possibilidades de proporcionar aos jovens a criação de novas opções de vida, de superação de dificuldades, de alternativa para afastar-se das drogas e criminalidade, bem como fortalecer as características positivas, com priorização dos valores construtivos, como: companheirismo, autocontrole, respeito às regras, autossuperação, controle dos impulsos negativos e agressividade. Possibilita, ainda, troca de informações, capacitação, formação de novos valores e mudanças de comportamento, desenvolvendo a personalidade e possibilitando formas diferenciadas de reflexão e ação. Sendo assim, uma oportunidade de crescimento global da comunidade e de seus integrantes a partir do desenvolvimento e envolvimento destes com práticas esportivas.

Sobre a evolução da Educação Física no Brasil, pode-se dizer que ocorreu uma conscientização em relação ao poder de socialização das atividades esportivas, principalmente, para jovens carentes de valores éticos e morais. Eles encontram os incentivos necessários que os levam às conquistas aliadas ao sentimento de cooperação e amizade; capazes de contribuir, mediante suas relações, conexões e interdependência, para o bem-estar físico, psicológico e social, promovendo saúde e cidadania.

Este artigo é parte de dissertação de mestrado. Título: O trabalho de Profissionais de Educação Física que atuam como oficineiros com jovens, em áreas de vulnerabilidade social, no contexto do Programa de Controle de Homicídios “Fica Vivo!”

A Educação Física faz parte da história da humanidade em diferentes situações e necessidades, para o cumprimento do desenvolvimento corporal, para realização de diversas atividades, inclusive para sua sobrevivência. Foi influenciada pelas mudanças da sociedade, mercado e cenário político, passando por várias reformas e revisões, destacando-se o aprimoramento das forças físicas, morais, psíquicas e sociais; o nacionalismo e a preparação para o trabalho; o desenvolvimento motor.²

No final do século XX, baseados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), ocorreu a regulamentação profissional da Educação Física.³ Por fim, nos dias atuais, busca-se uma Educação Física que articule as múltiplas dimensões do ser humano, que vise ao fortalecimento pessoal, interpessoal e político, o que proporciona autonomia e o sentimento de pertencimento e, finalmente, o desenvolvimento integral dos sujeitos.

Do ponto de vista educacional, afirma-se que as desigualdades sociais que acometem jovens no Brasil têm forte ligação com a educação. Na perspectiva da vulnerabilidade social, a educação passa a ser um processo social, pois tem relação com a socialização do indivíduo, agregando valores e a cultura local. Possibilita a construção das relações sociais e tende a assumir o papel transformador desses jovens.

Dessa forma, o tema deste estudo se foca, indiretamente, nos jovens partícipes do Programa “Fica Vivo!”, uma vez que se busca conhecer o que a literatura produziu a respeito da atuação dos profissionais de Educação Física que assumiram o papel de oficinairos para que os jovens, em vulnerabilidade social, se vejam como sujeitos cidadãos, façam escolhas conscientes, acreditem em um futuro melhor para si e para sua comunidade e transcendam o aqui e agora.

Nesse sentido, questiona-se: o que a literatura tem publicado a respeito da atuação de

profissionais de Educação Física com jovens que vivem em situações de vulnerabilidade social, com vistas a ofertar-lhes uma educação integral?

Portanto, este estudo objetivou analisar as publicações mais recentes relacionadas à vulnerabilidade social, Educação Física, educação e o Programa de Controle de Homicídios “Fica Vivo!”.

METODOLOGIA

A metodologia fundamentou-se na pesquisa bibliográfica narrativa com levantamentos de artigos na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), nas bases de dados da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e da Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) a partir dos descritores: vulnerabilidade social, Educação Física, educação e desenvolvimento local. Também, foram pesquisados livros, dissertações, teses e programas governamentais que possibilitaram que o aprofundamento teórico permitisse mais apreensão e compreensão do fenômeno em pauta.

Assim, buscaram-se autores que escreveram sobre vulnerabilidade social, Educação Física, educação, Programa de Controle de Homicídios “Fica Vivo!” e um pouco acerca do desenvolvimento local. De posse do material identificado, passou-se à leitura e seleção daquele material que respondia ao objetivo deste estudo.

RESULTADOS E ANÁLISES

Buscou-se a apresentação de temas relacionados ao fenômeno em estudo e que se interligam entre si para maior compreensão do trabalho realizado pelos profissionais de Educação Física/oficineiros com jovens participantes do Programa “Fica Vivo!”.

Vulnerabilidade social

Ao discorrer sobre vulnerabilidade social, percebe-se que seu entendimento parte da sua compreensão conceitual, ou seja, vulnerabilidade social não se apresenta como tarefa fácil, uma vez que vem acompanhada de diversas dimensões como a social, a econômica, a da saúde, entre outras. No aspecto social, remete às questões sociais de fragilidade do indivíduo ou de determinada comunidade. Constitui-se, também, como ferramenta para melhor compreensão da situação de grupos tidos como vulneráveis, tais como: crianças, jovens, mulheres e idosos. Para Monteiro⁴ (2011, p. 31), “os grupos de risco foram delineados na sociedade com a visão focalizada no indivíduo e não no contexto social que produziu a vulnerabilidade”.

O entendimento do conceito de vulnerabilidade pode ser ferramenta eficaz para compreender a situação dos excluídos socialmente em sua amplitude, compreendendo as “vicissitudes” e “idiossincrasias” existentes em sua realidade.⁵

A vulnerabilidade social é definida como nível de acesso a aspectos básicos de cidadania, como moradia, serviço de infraestrutura urbana, educação, trabalho, renda, assistência jurídica, serviços de saúde, segurança alimentar e previdência social.⁶

Percebe-se que a utilização do termo “vulnerabilidade social” está se ampliando, em decorrência de diversas situações de risco social. Este refere-se a situações de grupos e populações, enquanto a vulnerabilidade refere-se aos indivíduos e às suas suscetibilidades ou predisposições a respostas ou consequências negativas, ou seja, a situação fragilizada do indivíduo. Portanto, a vulnerabilidade tem efeito quando o risco está presente em determinado grupo.⁷

O termo vulnerabilidade está situado em concepções distintas. A primeira concepção se dá pela atribuição do sujeito vulnerável à submissão às condições perturbadoras. E a outra se dá pelo potencial de risco do sujeito, considerando os elementos da realidade social.⁴ O entendimento integral do termo vulnerabilidade social é extremamente importante para que se façam novos estudos que não sejam, exclusivamente, focados na pobreza, e sim em outras formas de desvantagens sociais.

Pode-se dizer que situações de vulnerabilidade social fazem referências a três elementos essenciais de indivíduos, famílias ou comunidades. Com isso, a escassa disponibilidade desses recursos ocasiona diversas desvantagens sociais. O primeiro elemento diz respeito à posse ou controle de recursos, que permite aos diversos atores desenvolverem-se em sociedade. O segundo refere-se às estruturas de oportunidades que se vinculam em níveis de bem-estar, aos quais se pode ascender em determinado tempo e território, podendo propiciar o uso mais eficiente dos recursos. E, por fim, o terceiro elemento relaciona-se às estratégias quanto ao uso que esses atores fazem de seu conjunto de recursos com vistas a fazer frente às mudanças estruturais de um dado contexto social. A falta de acesso à educação, trabalho, saúde, lazer e cultura diminui as chances de aquisição e aperfeiçoamento desses recursos que são fundamentais para os jovens.¹

De acordo com Abramovay *et al.*¹ (2002, p. 14), a vulnerabilidade cresce mediante a “falta de acesso à informação, aos serviços básicos de educação e falta de confiança ou credibilidade na sustentação de estratégias de ação”. Portanto, a vulnerabilidade procede da junção de arranjos sociais e políticos que ocorrem na vida dos sujeitos.

O risco social aumenta devido aos acontecimentos das situações descritas acima e, conseqüentemente, surge a vulnerabilidade, pois, além do risco, tem-se a inabilidade de adaptar-se ativamente à situação e a incapacidade de resposta.¹

Vulnerabilidade social e juventude

A juventude é uma fase arraigada por diversas concepções, que não são consideradas apenas com a idade cronológica do indivíduo. De acordo com Hurtado⁸(2012, p. 17):

[...] a juventude é genericamente entendida como o período do desenvolvimento humano que ocorre entre a infância e a vida adulta. Entretanto, para falar de juventude é importante considerar que ela não é apenas um fenômeno biológico e psicológico, mas também, histórico, social e cultural. Tal percepção implica uma visão complexa e multidisciplinar da juventude considerando-se seus múltiplos aspectos.

Ao considerar seus múltiplos aspectos é que se pensa e se propõe a compreender a “juventude” que frequenta o Programa “Fica vivo!” como seres humanos que trazem marcadas nas suas histórias de vida situações de risco social que se configuram como possibilidades de serem trabalhadas pelos oficinairos.

Quando inseridos em questões sociais, os jovens apresentam dois aspectos importantes que demandam o apoio da sociedade e família. Primeiro, em decorrência dos problemas de riscos sociais, como as drogas, a violência e outros que demandariam medidas de enfrentamento. E, o segundo aspecto, que exigiria esforço, principalmente da família e da escola, no sentido de preparar o jovem para ser um adulto socialmente ajustado e produtivo.

Torna-se necessário que a sociedade se organize para que possa oferecer suporte adequado e ter clareza dos direitos, bens sociais e deveres dos jovens e quais ações sociais são relevantes

e urgentes para serem reivindicadas, com o intuito de se buscar soluções, e, logo, melhorar, significativamente, a qualidade de vida desse grupo social. Vários fenômenos devem ser analisados, pois não é possível separar os fenômenos psicológicos, individuais e sociais.

Ainda, Hurtado¹⁴(2012, p. 36) reporta que são vários os impactos negativos da vulnerabilidade social para os jovens, mas que existem possibilidades de superação desta condição. “A escola, a família, o estado, as organizações não governamentais podem auxiliar na superação das adversidades encontradas por esses jovens, funcionando como fonte de apoio relacional proporcionadoras de fatores de resiliência e vulnerabilidades positivas”.

As desigualdades sociais e os escassos recursos para a construção de uma rede de proteção aos grupos populares vulneráveis se expressam por meio da violência, que acaba se tornando um sério problema. Daí a importância de programas como o “Fica Vivo!” e outros existentes.

Abramovay *et al.*¹(2002, p. 13-14) justificam que os jovens encontram dificuldades em acessar as “estruturas de oportunidades, como a educação, saúde, cultura, lazer e trabalho, insumos fundamentais para o desenvolvimento dos recursos materiais e simbólicos”, contribuindo, assim, para a manutenção da situação de vulnerabilidade social.

Acredita-se que alternativas como lazer, atividades esportivas, culturais e profissionalizantes possam contribuir no processo inicial de uma mudança significativa na vida dos jovens. E, também, que esses momentos podem ser considerados “privilegiados” para a construção de valores éticos e, por conseguinte, possibilitam a formação de jovens socialmente diferenciados.

Conforme Abramovay *et al.*¹(2002, p.54), o lazer é extraordinário pelas atividades recreativas promotoras de integração social desses jovens. Os “jovens possuem um imaginário associado ao

prazer, expresso em atividades recreativas”.

Assim, é imperativa a implantação de políticas públicas voltadas para os jovens. Não se pode esquecer de que o tempo em que permanecem nas escolas, isso quando a frequentam regularmente, é curto em relação ao tempo em que permanecem nas ruas. Muitos deles tentam sair da invisibilidade social, mas, em muitos casos, acabam se infiltrando em situações de risco como as drogas, a criminalidade, entre outras. Não se leva em consideração somente a ocupação do tempo ocioso.

Tendo em vista o foco deste trabalho ser os profissionais de Educação Física do Programa “Fica vivo!”, torna-se pertinente adentrar um pouco a história da Educação Física. Além do mais, cabe-lhes o desafio de resgatar jovens em vulnerabilidade social e possibilitar-lhes participar de ações efetivas revestidas de princípios básicos teórico-práticos.

História e evolução da Educação Física no Brasil

Ao longo dos anos, a atividade física sempre esteve presente na história da humanidade, em diferentes situações e necessidades. Relatos históricos revelam que o homem primitivo já praticava atividades físicas em diversas situações para a sua sobrevivência nas condições de vida da época. Necessitavam da aptidão física adequada para a realização de atividades de pesca, caça, construção de moradias, entre outras, e nos momentos de lazer ou rituais religiosos. Então, a Educação Física surgiu para o cumprimento do desenvolvimento corporal com vistas à realização de diversas atividades.

A evolução da Educação Física, conhecida na atualidade, se deu principalmente, pelas fortes influências médicas e militares. A médica intervinha em aspectos relacionados ao funcionamento do

corpo e a militar no desenvolvimento corporal para as necessidades da função e o entendimento e a valorização do corpo, no que diz respeito à concepção da disciplina e suas finalidades.⁹

A Reforma Couto Ferraz, ocorrida no ano de 1851, tornou obrigatória a Educação Física nas escolas do município da Corte.¹⁰

Na transição da primeira para a segunda metade do século XX, ocorreram os principais marcos formadores da Educação Física no Brasil. Estes acontecem, principalmente, em decorrência do desenvolvimento de força para o trabalho, devido à existência de diversos aspectos resultantes da Revolução Industrial e da necessidade de força para o enfrentamento de situações de guerra.¹⁰

Apenas em 1937, com a elaboração da Constituição, a Educação Física foi explicitada em textos constitucionais federais. Ela ganhou novas atribuições: fortalecer o trabalhador, melhorando sua capacidade produtiva e desenvolver o espírito de cooperação em benefício da coletividade.¹⁰

Com as necessidades profissionais da época, capazes de garantir o desenvolvimento da força física, criou-se a escola de Educação Física.

A partir do surgimento de concepções influenciadas por mudanças na sociedade, no mercado e no cenário político nacional, a Educação Física passou por reformas que permitiram sua inclusão no sistema educacional.²

Em 1945, a Educação Física passou por revisão curricular. Entre 1945 e 1968, a formação do professor ganhou atenção especial, o que se pode observar nitidamente na Lei de Diretrizes e Bases – LDB nº 4.024/61.²

A reforma educacional proposta em 1964 foi pensada de acordo com o modelo econômico voltado para a entrada de capital e das indústrias no Brasil. No cenário econômico, a Educação Física foi

vista como uma ferramenta para o desenvolvimento técnico e físico do aluno, importantes para interesses comerciais.¹¹

Nesse quadro, em 1968, com a Lei nº 5.540, e em 1971, com a Lei nº 5.692, a Educação Física teve seu caráter instrumental reforçado.¹⁰

Como consta nos PCNs, a partir do Decreto nº 69.450 de 1971, a Educação Física passou a ser considerada como uma atividade capaz de desenvolver e aprimorar forças físicas, morais, cívicas, psíquicas e sociais do educando.¹²

Na década de 80, esse modelo foi contestado e o enfoque passou a ser o desenvolvimento psicomotor do aluno. No final do século XX, com as publicações da LDBEN nº 9.394/96, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e da Lei nº 9.696/98 com a regulamentação profissional da Educação Física, observou-se um novo delineamento no campo da intervenção profissional da Educação Física.³

Em 1o de setembro de 1998, criou-se a Lei nº 9.696, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal (CONFEF) e Conselhos Regionais de Educação Física (CREF).³

Os PCNs relacionados ao profissional de Educação Física estabelecem que ele é referência importante para seus alunos e propiciam experiências peculiares ao mobilizarem aspectos afetivos, sociais, éticos e de sexualidade de forma intensa e explícita.¹⁰

Portanto, a partir dessas mudanças e evoluções na formação do profissional de Educação Física, pode-se dizer que sua atuação como oficina no Programa “Fica Vivo!” é relevante, devido ao contato próximo e dialógico que tem com os alunos do programa. Sua formação lhe outorga articular as múltiplas dimensões do ser humano e estabelecer com ele uma interação afetiva, próxima, dialógica, ética e de transcendência.

Também, nos tempos atuais, desde o início do século XXI, o desenvolvimento do conhecimento permitiu a formalização e estruturação de princípios que visam ao desenvolvimento do corpo a fim de vislumbrar as mais diversas necessidades humanas.

Nesse sentido, o trabalho dos profissionais de Educação Física gera, para além da transmissão de informações e discussão de temas advindos do interesse dos jovens, a participação ativa e operativa deles e sua aplicação no âmbito social e histórico com vistas às efetivas respostas à sua realidade. Dessa forma, o profissional de Educação Física tem diversas atribuições.

Atribuições e papel do profissional de Educação Física

Diversos segmentos da Educação Física apresentam um dinamismo inerente às novas concepções e conhecimentos; essa característica atual tem exigido do profissional de Educação Física conhecimentos e habilidades mais especializados para o desempenho de suas funções.

Desde a sua concepção, o profissional de Educação Física recebeu diversas atribuições respaldadas pelos princípios que norteiam seu campo de atuação. A legitimidade dada pela Lei nº 9.696/98, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física, descreve no artigo 3º que compete ao profissional de Educação Física coordenar, planejar, programar, supervisionar, dinamizar, dirigir, organizar, avaliar e executar trabalhos, programas, planos e projetos.³

A modernização mostrou que a educação deveria preocupar-se com os valores morais, o tempo livre, o lazer e a educação integral dos jovens e crianças. Essa evolução da Educação Física fez com que o caráter militarista desse lugar ao desenvolvimento da corporeidade. Isso atribuiu

à Educação Física uma identidade destacada no cenário educacional. Infere-se que o entendimento para construção da identidade da Educação Física está calcada, exclusivamente, na demonstração de modelos e no saber fazer.¹³

À medida que a Educação Física desempenha seu papel, entre outros ambientes, como no social, os métodos pedagógicos estabelecem um modo de articulação dos saberes e conhecimentos que objetiva o desenvolvimento social do indivíduo.¹⁴

Vale salientar, conforme estabelecido pelo Código de Ética do Profissional de Educação Física, que sua atuação deverá ser respaldada pelo princípio da responsabilidade social. Esse princípio foi estabelecido por meio da Resolução nº 056, de 18 de agosto de 2003, que dispõe sobre o Código de Ética dos profissionais de Educação Física.¹⁵

Ao considerar a ação do princípio socializador da Educação Física, a prática esportiva é reconhecida como canal de socialização ou de inclusão social. Assim, o Programa “Fica Vivo!” assume caráter socializador. Destaca-se, ainda, que o esporte é um meio importante de socialização, por conseguir atingir valores como cooperação, amizade e solidariedade, que são relevantes para vencer as adversidades da pobreza.

Constata-se que a formação social, como a sociabilidade e a responsabilidade, seja intrínseca ao esporte. As influências da mídia e dos grandes eventos esportivos que acontecerão no Brasil motivam e aumentam a participação de elevado número de sujeitos nos programas e/ou projetos de atividade física regular.¹⁶

Considerando as variáveis em que o esporte pode atuar, como recurso de desenvolvimento social, o profissional de Educação Física tem o papel fundamental de melhorar a condição de jovens em situação de risco social. Cabe-lhe, por

meio de suas ferramentas de trabalho, delinear o método intervencionista em sua tomada de decisão, com vistas à redução das mazelas decorrentes da fragmentação social dos jovens.

Além das peculiaridades de projetos intervencionistas, oriundos da prática da atividade física e do esporte, vale ressaltar que o papel da Educação Física para Correia¹⁷ (2010, p. 153) deve adotar um papel social e transformador e empenhado com formação de atitudes e valores [...]. “Assim, estará contribuindo para a formação de um sujeito crítico e emancipado, possibilitando um novo olhar no modo de ser, ver e intervir no mundo”.

As dimensões alcançadas com a prática de atividades físicas promovem o fortalecimento pessoal, interpessoal e político, ou seja, autonomia, sentimento de pertencimento e identificação com determinados grupos e segurança diante da sociedade.¹⁸

A Educação Física é capaz de contribuir para o desenvolvimento social do indivíduo, por meio do esporte, mantendo a relação dele com os demais, bem como alcançar metas, previamente traçadas, por meio desse desenvolvimento.

A atuação dos profissionais de Educação Física, no âmbito de vulnerabilidade social no Programa “Fica Vivo!”, tem forte ligação com a educação, que passa a ser um processo social, uma vez que possibilita a construção das relações sociais e agrega valores. Por isso, adentra-se na Educação.

Educação

As desigualdades sociais vividas pelos jovens no Brasil têm forte ligação com a educação; essa é percebida em dados que revelam reduzidos níveis educacionais em classes menos favorecidas da sociedade. Contudo, as discussões em torno da

educação não se limitam às questões do acesso à educação e à qualidade da mesma, mas como essa pode ser importante para o desenvolvimento social do indivíduo.

A partir da promulgação da LDBEN nº 9.394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, o papel da educação teve sua contextualização com a realidade, dando o caráter de socializador ao sistema educacional.¹⁹

Na perspectiva da vulnerabilidade social, a educação passa a ser um processo social, pois se relaciona à socialização do indivíduo, agregando valores, e à cultura local durante a história de vida deles. Preleciona que a educação é um processo político de permanência e mudança, baseada em alguns princípios e finalidades.²⁰

A concepção de educação freireana realça que se deve conhecer a realidade do sujeito.²¹ Os profissionais de Educação Física do Programa “Fica Vivo!”, nessa concepção, e conhecendo a realidade dos jovens, devem trabalhar de tal forma com eles que os empoderem a sair do lugar comum e a se acreditarem como seres de possibilidades e de transformação.

Conforme Klein²² (2011, p. 98), a “educação não é simplesmente a soma de diferentes experiências, é, sobretudo, a combinação de diferentes experiências que interagem entre si e são significados pelo sujeito”.

Quaresma²³ (2012, p. 186) salienta que “na práxis educativa social, os objetivos e as intenções educacionais integram todas as dimensões do desenvolvimento e da ação humana e, também, as intenções individuais e coletivas; sendo o coletivo, o social; a transformação social, o objetivo final, tendo em vista o bem de todos”.

A educação possibilita a construção das relações sociais, redes de amigos e contatos. Para Abramovay *et al.*¹ (2002, p. 38), “a educação em conjunto com a família constitui um dos espaços tradicionais de socialização entre os jovens”. Dessa

forma, a educação tende a assumir o seu papel de formador do indivíduo, com perspectivas.

A educação atual deve se propor a construir conhecimentos, considerando a diversidade dos sujeitos, independentemente da condição social, da possibilidade de escolha e do posicionamento ético em seu caminho, pautado em suas crenças e valores.

Pode-se observar que a limitação dos investimentos em educação e as necessidades do mercado para promover a superação da vulnerabilidade e de suas consequências não possibilitam o aumento da participação e valorização das formas de organização e expressão do jovem, como estratégia de ação para envolver a sociedade e seus recursos na busca de soluções para os problemas. Desta forma, a educação desenvolve o seu papel ao contribuir para o desenvolvimento do ser humano a fim de superar as condições de vulnerabilidade.

As ações ofertadas para a educação, promovidas por meio das políticas públicas, parecem desenvolver e ampliar as possibilidades de reduzir a exclusão social, mas pontos relevantes como o desenvolvimento pessoal e a formação para a vida são esquecidos.

Destaca-se que o Programa “Fica Vivo!” é uma política pública, propositiva e convoca para a redução da criminalidade nas regiões atendidas; busca, por intermédio de ações educativas, proporcionar melhores níveis de qualidade de vida para os jovens inseridos no Programa, com ênfase no desenvolvimento pessoal e formação para a vida.

O Programa “Fica Vivo!”, por meio das oficinas, oferece atividades para os jovens em diversas dimensões e de acordo, na maioria das vezes, com o desejo deles e aptidão. Todavia, os profissionais de Educação Física/oficineiros não devem focar apenas fundamentos técnicos ou táticos, quando se tratar de modalidades esportivas.

Deve-se levar, também, em consideração o desenvolvimento social, educacional, cultural e esportivo e valorizar as experiências de cada e de todos, buscando-se resgatar e trabalhar valores essenciais para esses jovens.

O Programa de Controle de Homicídios “Fica Vivo!”

Originou-se de reuniões orientadas, segundo a metodologia de “Solução de Problemas – *Problem Solving*”, por um grupo de trabalho com iniciativas do Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública (CRISP) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com a presença de membros da Polícia Civil (PCMG) e da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), Ministério Público, juizes, pesquisadores, técnicos da Coordenadoria de Cidadania da Prefeitura de Belo Horizonte e empresários do setor privado. Essa metodologia tem como estrutura a identificação de problemas, a análise destes, a elaboração e implementação de soluções e a avaliação das soluções.²⁴

Os resultados de pesquisas realizadas no Programa “Fica Vivo!” identificaram aumento da criminalidade nas regiões em vulnerabilidade social e também constataram que os autores dos crimes e as vítimas eram jovens entre 12 e 24 anos e negros, surgindo, assim, encaminhamentos iniciais de intervenção. É justamente nessa conturbada conjuntura que surge o Projeto de Controle de Homicídios.

Reafirma-se que o Programa “Fica Vivo!” tem como foco a prevenção de homicídios em regiões de vulnerabilidade social. É sabido que a prevenção por meio do esporte pode potencializar ações que contribuam significativamente para a redução dos índices de criminalidade, a fim de proporcionar o desenvolvimento local de diversas

regiões de vulnerabilidade social. O elevado número de homicídios pode ser minimizado com a utilização dessa ferramenta, em que serão trabalhados diversos conteúdos imprescindíveis, tais como o resgate de valores perdidos ou adormecidos, possibilitando o alcance do objetivo principal do programa que é prevenção social à criminalidade com vistas à diminuição dos fatores de risco extrínsecos.

O Programa é acompanhado pela Coordenadoria de Prevenção à Criminalidade (CPEC), no âmbito da Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS). Os grupos de trabalhos são dispostos, sendo um grupo de ação estratégica (eixo de intervenção estratégica) e outro de mobilização social (eixo de proteção social).

O eixo de intervenção estratégica tem como objetivo articular e promover a interação dos órgãos do Sistema de Defesa Social e Justiça Criminal. Realiza estudos técnicos e capacitações para o grupo desse eixo, composto pela SEDS, Polícia Militar, Polícia Civil, Ministério Público e Poder Judiciário.²⁵

O eixo de proteção social tem sede nos Centros de Prevenção à Criminalidade (CPC). Possui contato direto com a comunidade onde o Programa de Controle de Homicídios “Fica Vivo!” se insere. As ações de atendimento e de trabalho em rede são realizadas pelo grupo, composto de gestor, técnicos, estagiários e os oficineiros. Esses atendimentos são destinados aos jovens na faixa etária de 12 a 24 anos.²⁵ Esse eixo será enfatizado, neste estudo, tendo em vista seu objetivo prioritário.

Segundo Mendes²⁶ (2009, p. 219-220), o Programa “Fica Vivo!” “[...] através dos centros de base local, age a favor do empoderamento da comunidade, contribuindo para o estabelecimento de laços e auxiliando na criação de uma nova relação entre os moradores e o poder público, mesmo que

de forma acanhada”.

O Programa, para Ladeira e Rocha²⁷ (2009, p.197), “carrega em seus princípios a função de dar lugar a esse público, assim como provocar, no encontro com arte e o esporte, a possibilidade deles se destacarem de outra maneira”.

Outra atividade que integra o programa são as oficinas. Estas são ações visíveis, devido ao contato com a comunidade assistida e, também, por apresentar estratégias de aproximação e atendimento, pois articula aspectos da singularidade dos jovens e o acesso aos direitos sociais, diante das diversidades das áreas de abrangência dos centros, tais como: aspectos criminais, culturais, sociais, históricos e geográficos. No Programa “Fica Vivo!”, “O que orienta a implantação das oficinas é a articulação entre a dinâmica criminal a demanda do jovem, os aspectos socioculturais e a seleção do oficinairo”.²⁸

As oficinas objetivam:

[...] prevenir a criminalidade; promover e/ou facilitar a circulação dos jovens e os seus acessos aos serviços e aos espaços públicos; garantir aos jovens o acesso ao esporte, lazer, cultura e formação profissional; possibilitar a vivência do direito de ir e vir; favorecer a inserção e a participação dos jovens em novas formas de grupos; trabalhar temas relacionados à cidadania e aos direitos humanos; possibilitar a criação de espaços de discussão e resolução de conflitos e rivalidades.²⁵

Existem dois pontos importantes nas oficinas. O primeiro é o reforço à coesão social entre os beneficiários e a comunidade, que é um importante fator de prevenção à criminalidade, porque é a partir dela que a comunidade se identifica e cria laços de solidariedade.²⁶

O segundo ponto importante das oficinas para o programa é o contato direto com o beneficiário. São os oficinairos que têm mais contato com os beneficiários, permitindo que eles possam acompanhar com clareza as demandas da

comunidade e vejam o poder de intervenção na vida dos atendidos pelo Programa “Fica Vivo!”.

Os oficinairos lidam com situações inusitadas e conduzem o comportamento dos jovens, tornando-se um dos principais atores para o funcionamento do programa. Estes se articulam ao programa para a execução das oficinas e outras formas de atendimento aos jovens.²⁸

Conforme a metodologia do programa, os critérios a serem observados na seleção dos oficinairos são: que sejam de preferência, moradores na área de abrangência do Centro de Prevenção à Criminalidade; saibam dialogar com o jovem; mostrem habilidade de trabalho com os jovens que se encontram envolvidos com a criminalidade e capacidade de compreensão da política de segurança e a metodologia que orienta o programa.²⁵

Quanto aos deveres do oficinairo, tem-se que “criar vínculo”, possibilitar espaços para discussões e fazer mediações de conflitos entre os jovens; potencializar a autonomia e promover discussões sobre segurança pública, cidadania e direitos humanos, dentre outros.²⁵

Percebe-se, portanto, que as oficinas constituem uma das atividades realizadas pelos oficinairos e que exigem critérios para sua materialidade, nos espaços que abrigam jovens em vulnerabilidade social.

O Programa “Fica Vivo!”, por meio de suas oficinas, pretende trabalhar com os jovens de forma prazerosa e agradável. O espaço torna-se um local para o fortalecimento dos laços de amizade, mais cooperação, interação e compreensão, fazendo com que desperte o sentimento de pertencimento onde se encontram inseridos.

Suas ações, com ênfase em uma educação multidimensional, podem proporcionar o desenvolvimento local nas regiões onde se encontram os CPCs. Suas atividades estão voltadas para o desenvolvimento pessoal, interpessoal,

contribuindo para a formação desses jovens. Baseados nos resultados do estudo realizado, sugere-se que o Programa “Fica Vivo!” constitua-se em uma importante alternativa de prevenção de homicídios em comunidades que se encontram em situação de vulnerabilidade social.²⁹

O Programa “Fica Vivo!” apresenta alguns indicadores de inovação social, destacando-se a conciliação dos contrários, ideia de coletivo, adaptação do contexto e compartilhamento de interesses diversos. A realidade é modificada de forma sistêmica e com intencionalidades em atitudes, ideias, culturas, conteúdos e modelos.³⁰

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No cenário de vulnerabilidade em que se encontram os jovens do Programa “Fica Vivo!”, a compreensão desse conceito tornou-se imprescindível para a aproximação teórica e prática na vida cotidiana com esses jovens. Diante das diversas dimensões da vulnerabilidade, não se deve focar exclusivamente na pobreza. Várias outras questões sociais devem ser consideradas, bem como o nível de acesso aos aspectos básicos e oportunidades sociais, que são imprescindíveis para o desenvolvimento desses jovens.

A falta de acesso à educação, saúde e trabalho proporciona a elevação do estado de vulnerabilidade. Essa elevação deixa cada vez mais longe as possibilidades de adaptação em diversas situações de risco social. Isso remete e convoca a todos, para a necessidade de pensar, refletir e oferecer estruturas de oportunidades aos jovens, com atividades educativas e mobilizadoras de sentimentos de pertença, de cidadania, de autonomia, com capacidade de fazer escolhas

conscientes, sábias, ponderadas, com avaliação dos benefícios e riscos sobrevividos dessas opções de vida escolhidas e postas em concretude.

No Programa “Fica Vivo!”, a educação é um processo social importante para a socialização dos indivíduos, agregando valores e potencializando a cultura local. Possibilita a construção de relações sociais que estimulem a formação e o exercício da cidadania em um espaço de convivência social, onde se propõe à construção de conhecimentos e, com isso, tornam-se possíveis altos níveis de participação social dos jovens. Isso se deu com a evolução da Educação Física.

Essa evolução permitiu que os profissionais de Educação Física se conscientizassem do poder de socialização das atividades esportivas. Pois, se destaca que a atuação deve ser respaldada pelo princípio da responsabilidade social, cuja prática esportiva é reconhecida como canal de socialização e de inclusão social.

O programa oferece adequado suporte, que permite aos sujeitos terem clareza dos seus direitos e deveres. As atividades esportivas contribuem no processo inicial de mudança significativa na vida dos jovens. É uma política pública voltada para os jovens, o que afirma sua relevância, considerando-se seus objetivos de prevenção à criminalidade, acesso ao esporte, circulação dos jovens, inserção social, cidadania e formação profissional de caráter transformador que permite aos jovens sair da invisibilidade social.

REFERÊNCIAS

1. ABRAMOVAY, M. *et al.* *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas*. Brasília: UNESCO, BID, 2002.

2. BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14024.htm>.
3. BRASIL. Lei nº 9.696, de 01 de setembro de 1998. Dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física. *Diário Oficial da União*, Brasília, 1998a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9696.htm>.
4. MONTEIRO, S. R. R. P. O marco conceitual da vulnerabilidade social. *Sociedade em Debate*, v. 17, n. 2, p. 29-40, 2011
5. RADO, S. C.; BONETTI, L.W. A juventude em condições de vulnerabilidade social e as políticas públicas de acesso à educação. In: IX Congresso Nacional de Educação Educere - III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. *Anais...*, PUC/PR, p. 3607-18, 2009.
6. ARAÚJO, L. G. S. *Relação entre comportamento na infância e a vulnerabilidade social na cidade de Belo Horizonte- MG*. 2010. 121 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Instituto de Psicologia, USP, São Paulo.
7. JANCZURA, R. Risco ou vulnerabilidade social? *Textos & Contextos*, v. 11, n. 2, p. 301-308, 2012.
8. HURTADO, D. H. *Projetos de vida e projetos vitais: um estudo sobre projetos de vida de jovens estudantes em condição de vulnerabilidade social da cidade de São Paulo*. 2012. 170 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Educação). Faculdade de Educação, USP, São Paulo.
9. ROSA, S.; LETA, J. Tendências atuais da pesquisa brasileira em Educação Física Parte 1: uma análise em periódicos nacionais. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, v. 24, n.1, p.121-134, 2010.
10. BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: Educação Física*. Brasília: MEC/SEF, 1997.
11. ALBUQUERQUE, L. R. A constituição histórica da Educação Física no Brasil e os processos da formação profissional. In: IX Congresso Nacional de Educação Educere - III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. *Anais...*, PUC/PR, p. 2244-58, 2009.
12. BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: Educação Física*. Brasília: MEC/SEF, 1998b.
13. SILVA, A. M. *et al.* A formação profissional em Educação Física e o processo político social. *Pensar a Prática*, v. 12, n. 2, p. 1-16, 2009.
14. NUNES, M.P.; VOTRE, S.J.; SANTOS, W. O profissional em Educação Física no Brasil: desafios e perspectivas no mundo do trabalho. *Motriz*, v. 18, n. 2, p. 280-90, 2012.
15. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA (CONFED). Resolução CONFED nº 056/2003. Dispõe sobre o Código de Ética dos Profissionais de Educação Física registrados no Sistema CONFED/CREFs. *Conselho Federal de Educação Física*, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <http://www.confed.org.br/extra/resolucoes/conteudo.asp?cd_resol=103>.
- 16- VIANNA, J. A.; LOVISOLO, H. R. A inclusão social através do esporte: a percepção dos

- educadores. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, v. 25, n. 2, p. 285-296, 2011.
17. CORREIA, M. S. *et al.* O papel da Educação Física escolar diante do fenômeno da violência na escola. *Integração VER CIDADE*, v. 16, n. 61, p. 149-154, 2010.
18. BRINATI, A. B. *et al.* O papel da Educação Física na inclusão social. *In: IV Seminário Internacional de Sociedade Inclusiva - Propostas e Ações Inclusivas: Impasses e Avanços. Anais...*, PUC/Minas, p. 1-8, 2006.
19. BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>.
20. STOCO, S. *Família, educação e vulnerabilidade social: o caso da Região Metropolitana de Campinas*, SP. 2011. 208 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
21. OLIVEIRA, J. R. F. *Saberes e práticas de mulheres no cuidado de si: contribuições ao cuidado de enfermagem em uma perspectiva educativa*. 2011. 129 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem). Escola de Enfermagem Anna Nery, UFRJ, Rio de Janeiro.
- 22- KLEIN, A.M. *Projetos de vida e escola: a percepção de estudantes do ensino médio sobre a contribuição das experiências escolares aos seus projetos de vida*. 2011. 292 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, USP, São Paulo.
23. QUARESMA, A.G. A práxis social como perspectiva na concepção de educação de Paulo Freire. *In: MACHADO, Lucília Regina de Souza; AFONSO, Maria Lucia Miranda (orgs). Gestão social, educação e desenvolvimento local: instrumentos para a transformação social*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
24. PEIXOTO, B. T.; ANDRADE, M. V.; AZEVEDO, J. P. W. Avaliação do Programa Fica Vivo no município de Belo Horizonte. *In: XXXV Encontro Nacional de Economia. Anais...*, Niterói: ANPEC, p. 1-20, 2007.
25. MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Defesa Social. Superintendência de Prevenção à Criminalidade. *Prevenção Social à Criminalidade: a experiência de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 2009.
26. MENDES, I. A. A. Fica Vivo! Proteção, mobilização e intervenção. *In: Oliveira, K. B.; OLIVEIRA, G. G. (org.). Olhares sobre a prevenção à criminalidade*. Belo Horizonte: Instituto Elo, 2009.p. 213-230.
27. LADEIRA, J.A.; ROCHA, R. L. S. Plano B. *In: Oliveira, K. B.; Oliveira, G. G. (org.). Olhares sobre a prevenção à criminalidade*. Belo Horizonte: Instituto Elo, 2009.p. 193-202.
28. FARIAS, R. R. T.; NORO FILHO, M. A.; LACZYNSKI, P. *Relatório Final: Projeto Conexão Local*. Programa de Controle de Homicídios - Fica Vivo! 2009. Disponível em: <http://gvpesquisa.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/1_-_fica_vivo.pdf>.

29. SILVEIRA, A. M. *et al.* Impacto do Programa Fica Vivo! na redução dos homicídios em comunidade de Belo Horizonte. *Revista Saúde Pública*, v. 44, n.3, p. 496-502, 2010.

30. CARBONELL, J. *A aventura de inovar: a mudança na escola.* Porto Alegre: ARTMED, 2002.